

Crise financeira acelera correção de rumo

BC e Ministério da Fazenda avaliam medidas setoriais para impedir agravamento do desemprego

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — A crise do sistema financeiro, que colocou o Plano Real no olho de um furacão, mudou os rumos da política econômica. O governo foi obrigado a agir rapidamente e socorrer os bancos, abrandando o aperto do crédito, utilizado com intensidade desde o final do ano passado para impedir uma explosão no consumo que alimentasse os aumentos de preços, com reflexos diretos nos índices de inflação.

A política monetária muda e a mão do Banco Central sobre o crédito será mais branda e proporcionará uma queda, mesmo que gradual, das taxas de juros, avaliam integrantes da equipe econômica. As correções de rumo não páram aí e o Banco Central e o Ministério da Fazenda continuam avaliando a necessidade de medidas setoriais para impedir que a economia entre na rota da recessão, que já desempregou 100 mil trabalhadores na indústria paulista.

Estas medidas setoriais ainda não são consenso na equipe econômica. "A pergunta que se faz é se está ou não na hora de tirar o pé do freio", admite um técnico, que não esconde as diferenças de opinião entre a equipe do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e a do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. Não se trata de divergências insuperáveis, mas o fato é que a equipe não consegue definir o timing correto para abrir as comportas de novos estímulos à produção.

"O Ministério da Fazenda está mais sujeito às pressões políticas, e cada setor tem sua queixa", admite um assessor. "O BC, mais ortodoxo,



Loyola: diferenças impedem acerto do timing para estimular produção

**OPÇÕES
NÃO SÃO
CONSENSO
NA EQUIPE**

trabalha com cenários nem sempre motivado por pressões políticas", acrescenta.

A crise do sistema financeiro, no entanto, nublou esta discussão. Ficou flagrante que o problema maior agora são os bancos, na avaliação de integrantes da equipe econômica. Nem Malan nem Loyola querem correr o risco de uma quebraadeira generalizada, a partir de pequenos bancos que estavam sufocados pelo aperto ao crédito.

A avaliação, no entanto, é otimista. A inflação está em queda e sustenta a previsão de que em setembro poderá ser inferior a 1,5%. Os preços

dos produtos agrícolas continuam caindo e, finalmente, os preços dos serviços pessoais (médicos, dentistas, cabeleireiros), pela primeira vez, em um ano, se mantiveram estáveis no mês passado.

E vão continuar estáveis, apostam os técnicos. Um forte argumento para conter a pretensão de empresas privadas e do setor público a concederem aumentos salariais aos seus funcionários. "As negociações salariais serão pautadas por um cenário de inflação em baixa e um quadro de demissões no setor privado", lembram os assessores.

Do lado das contas externas, o que pareceria ser um problema é agora visto com a maior naturalidade: o esperado déficit na balança comercial, previsto em cerca de US\$ 5 bilhões.